

00 e LOCADORA RAMOS LTDA - CNPJ: 13.671.834/0001-70, que tiveram suas empresas habilitadas.

A Presidente da CPI. decidiu julgar habilitada todas as empresas.

Não houve interposição de recursos. Aberto os envelopes de Propostas, a empresa LOCADORA RAMOS LTDA apresentou proposta no valor de R\$ 172.800,00 (cento e setenta e dois mil e oitocentos reais) foi classificada em 1º Lugar; a empresa LAERCIO CONTABILIDADE E SERVIÇOS apresentou proposta no valor de R\$ 175.200,00 (cento e setenta e cinco mil e duzentos reais) foi classificada em 2º lugar; a empresa RENATO DE SENA ARAUJO LTDA apresentou proposta no valor de R\$ 176.400,00 (cento e setenta e seis mil e quatrocentos reais), foi classificada em 3º lugar.

As Propostas obedeceram às exigências editalicias e foram aceitas pela Comissão.

A empresa LOCADORA RAMOS LTDA foi julgada vencedora da licitação.

O julgamento das propostas atendeu ao disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Federal n°. 8.666/93. Consta dos autos o ato de designação da Comissão Permanente de Licitações, em conformidade com o art. 51, §41 da Lei n°. 8.666/93.

Todas as peças do processo, inclusive ata, encontram-se rubricadas e/ou assinadas pelos membros da Comissão Permanente de Licitações, e demais presentes no dia da abertura das propostas, em obediência ao art. 43. §§ 1 0 e 2º da Lei nº. 8.666/93.

A proposta vencedora encontra-se com o preço compatível com o praticado no âmbito da Administração Pública (art. 71 e seguintes da Lei nº. 8.666/93), vez que inferior ao valor estimado pela Administração, tendo sido feito registro em ata.

#### II - MANIFESTAÇÃO

Constam nos autos os protocolos remetidos a 03 (três) empresas e ainda o Aviso de Abertura de Licitação foi fixado no quadro de avisos da Câmara Municipal de Serrinha dando ciência à indeterminado número de empresas que poderiam comparecer à Sessão



Pública, em atendimento ao disposto no art. 21 e 22, inciso III e § 2 0 todos da Lei nº. 8.666/93.

A lei exige que sejam convidados três possíveis interessados, não sendo indispensável que sejam apresentadas três propostas. Com efeito se a lei não exige número mínimo de propostas quando regula a tomada de preços e a concorrência, modalidades mais complexas de licitação. destinadas a contratações de maior expressão econômica, não tem sentido em que modalidade mais singela de licitação seja imposta esta exigência.

Assim, no entender desta Assessoria Jurídica, deve ser reconhecida a regularidade do presente certame, uma vez que obedecido estritamente o quanto previsto no Edital.

#### III - CONCLUSÃO

Pelo exposto, em atendimento ao exigido pelo Parágrafo Único do art. 38 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações e não vislumbrando vicio de forma ou qualquer defeito no procedimento que contrarie as disposições do Edital, opino pela adjudicação do objeto licitado em favor da empresa vencedora e pela homologação do resultado do processo licitatório e ainda pela contratação da empresa vencedora, tendo em vista a observância por parte da Administração a todos os princípios norteadores das Licitações Públicas.

É o parecer.

Serrinha, 24 de janeiro 2023.

SAUL CARNEIRO BALDIVIESO.

Procurador Jurídico - OAB/BA 18.349

Matricula 123



#### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004/2023

CONSULENTE: Câmara Municipal de Serrinha

INTERESSADO: Diretoria Geral/Gabinete da Presidência

ASSUNTO: Locação de Veículos.

#### PARECER DO CONTROLE INTERNO

#### I - DO PROCESSO E LICITAÇÃO

O Presidente da Comissão Permanente de Licitações da Câmara de Serrinha determinou a remessa a Controladoria da Câmara Municipal dos autos do Processo Administrativo correspondente ao convite deflagrado para a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de locação de veículos, para atender necessidade da Câmara Municipal de Serrinha, em face da Solicitação de Despesa encaminhada pela Diretoria Geral.

A Controladoria Interna tem sua legalidade, atribuições e responsabilidades entabulada no art. 74 da Constituição Federal/1988, in verbis:

"Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

 I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

 II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

§ 1º Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União."

Juri (E)



O procedimento se iniciou com abertura do Processo Administrativo nº 004/2023, consoante estabelece o caput do art. 38 da Lei Federal nº8.666/93. O Edital do CONVITE Nº 001/2023 e a Minuta Contratual anexa ao referido instrumento convocatório atende aos requisitos do art. 40 da Lei nº. 8.666/93. Conforme se verifica do processo administrativo, o Aviso foi fixado no quadro de avisos da Câmara Municipal de Serrinha em atendimento o disposto no art. 21 e 22, inciso III e § 2 0 todos da Lei nº. 8.666/93. O citado Instrumento Convocatório, após examinado e aprovado por esta Controladoria, foi enviado a três empresas, no prazo de cinco dias úteis anteriores a abertura das propostas (ad. 22, §3 0 da Lei de Licitações), consoante podemos vislumbrar dos protocolos de recebimento, tendo sido credenciadas três empresas convidadas

O Presidente da CPL decidiu julgar habilitada todas as empresas.

Não houve interposição de recursos. Aberto os envelopes de Propostas, a empresa LOCADORA RAMOS LTDA apresentou proposta no valor de R\$ 172.800,00 (cento e setenta e dois mil e oitocentos reais) foi classificada em 1º Lugar; a empresa LAERCIO CONTABILIDADE E SERVIÇOS apresentou proposta no valor de R\$ 175.200,00 (cento e setenta e cinco mil e duzentos reais) foi classificada em 2º lugar; a empresa RENATO DE SENA ARAUJO LTDA apresentou proposta no valor de R\$ 176.400,00 (cento e setenta e seis mil e quatrocentos reais), foi classificada em 3º lugar.

As Propostas obedeceram às exigências editalícias e foram aceitas pela Comissão.

A empresa LOCADORA RAMOS LTDA foi julgada vencedora da licitação.

Todas as peças do processo, inclusive ata, encontram-se rubricadas e/ou assinadas pelos membros da Comissão Permanente de Licitações, e demais presentes no dia da abertura das propostas, em obediência ao art. 43. §§ 1 0 e 2º da Lei nº. 8.666/93.

A proposta vencedora encontra-se com o preço compatível com o praticado no âmbito da Administração Pública (art. 71 e seguintes da Lei nº. 8.666/93), vez que inferior ao valor estimado pela Administração, tendo sido feito registro em ata.

Pelo exposto, em atendimento ao exigido pelo Parágrafo Único do art. 38 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações e não vislumbrando vicio de forma ou qualquer defeito no



procedimento que contrarie as disposições do Edital, opino pela adjudicação do objeto licitado em favor da empresa vencedora e pela homologação do resultado do processo licitatório e ainda pela contratação da empresa vencedora, tendo em vista a observância por parte da Administração a todos os princípios norteadores das Licitações Públicas.

Serrinha 24 de janeiro de 2023

MANOEL SANTOS DA SILVA JUNIOR

Controle Interno

Jano (E)

#### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004/2023

Serrinha, 25 de janeiro de 2023.

Assunto Encaminhamento,

Senhor Presidente da Câmara Municipal,

Estamos encaminhando a Vossa Excelência o Processo Licitatório relativo á Carta-Convite objetivando a contratação de empresa especializada em locação de veículos, para atender necessidade da Câmara Municipal de Serrinha.

Sobreleva destacar que os licitantes perderam o direito de interporem recurso da decisão que julgou a documentação e as propostas comerciais.

Sem mais para o momento, apresentamos votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Thiago Alves Barbosa Presidente da CPL



#### ESTADO DA BAHIA CÂMARA MUNICIPAL DE SERRINHA

Av. Manoel Novais nº 735, Centro, Telefone: (75) 3261-2315 Serrinha – Bahia

# HOMOLOGAÇÃO.



#### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004/2023

#### **HOMOLOGAÇÃO**

CONVITE Nº 001/2023

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada em locação de 04 (quatro) veículos, para atender necessidade da Câmara Municipal de Serrinha.

Acatando o relatório apresentado pela Comissão Permanente de Licitações e o Parecer da Procuradoria jurídica desta Câmara Municipal, referente ao Processo Administrativo em epígrafe correspondente à CONVITE Nº 001/2023, não havendo, óbice de ordem legal, administrativa ou judicial quanto à regularidade do processo, HOMOLOGO o resultado da presente licitação e ainda determino a ADJUDICAÇÃO do seu objeto recomendado pela Comissão Permanente de Licitações da Câmara Municipal, para a empresa no seguinte valor:

EMPRESA: LOCADORA RAMOS LTDA - CNPJ: 13.671.834/0001-70

VALOR: R\$ 172.800,00 (cento e setenta e dois mil e oitocentos reais).

Ciência aos interessados, observadas as prescrições legais pertinentes.

Serrinha, 01 de fevereiro de 2023.

**José Reis da Silva** Presidente da Câmara



#### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004/2023

#### AVISO DE PUBLICAÇÃO

A Câmara Municipal de Serrinha, Estado da Bahia, torna público que homologou em 27/01/2023, os atos praticados pela Comissão Permanente de Licitação, quando do procedimento licitatório referente a Carta-Convite de nº 001/2023, adjudicando o objeto licitado, em favor da empresa LOCADORA RAMOS LTDA, inscrita no CNPJ: 13.671.834/0001-70, perfazendo o valor global de R\$ 172.800,00 (cento e setenta e dois mil e oitocentos reais).

Serrinha, 01 de fevereiro de 2023

Tiago Alves Barbosa Presidente da CPL

#### **CERTIDÃO**

Certifico que o aviso acima foi afixado no quadro de avisos desta Câmara Municipal para conhecimento geral.

Em, 01 de fevereiro de 2023.

Chefe de Gabinete



### ESTADO DA BAHIA CÂMARA MUNICIPAL DE SERRINHA

Av. Manoel Novais nº 735, Centro, Telefone: (75) 3261-2315 Serrinha – Bahia

## CONTRATO.

Saul,



CONTRATO Nº. 002/2023

CONTRATO DE LOCAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE CELEBRAM ENTRE SI A CÂMARA MUNICIPAL DE SERRINHA - BA, E A EMPRESA LOCADORA RAMOS LTDA.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SERRINHA, pessoa jurídica de direito interno, inscrita no CNPJ sob o nº 13.347.406/0001-97, com sede administrativa na Av. Manoel Novais, nº 735, Serrinha – BA, CEP: 48700-000 por seu Presidente Municipal Sr. José Reis da Silva, brasileiro, divorciado, portador de RG nº 505519224, inscrito no CPF sob o nº 550.637.805-04, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa LOCADORA RAMOS LTDA CNPJ nº. 13.671.834/0001-70, situado à Avenida Doutor Lauro Mota, nº 270, Centro, Serrinha – BA, CEP: 48.700,00, neste ato representado na forma dos seus Estatutos/Regimento/Contrato Social, pelo Sr. José Evanildo Mendonça De Oliveira, portador de documento de identidade nº. 3347807, emitido por SSP/BA, aqui denominada CONTRATADA, com base no Edital do CONVITE Nº 001/2023 do Processo Administrativo nº. 004/2023 e disposições da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, resolvem celebrar e presente Contrato de Locação e prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### I - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Contrato a contratação da prestação de serviços de locação de 01 (quatro) veículos para atender necessidade da Câmara Municipal de Serrinha, de acordo com o Anexo I do Edital e demais condições oferecidas na Proposta de Preços do Convite nº. 001/2023 que, independente de transcrição, integra este instrumento.

#### II - CLÁUSULA SEGUNDA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

UNIDADE(S)

01. CAMARA MUNICIPAL





ATIVIDADE(S)	2.001 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA CÂMARA
ELEMENTO(S)	3.3.90.39 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE(S)	1.500 - RECURSOS ORDINÁRIOS

## III - CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O valor global deste contrato é de R\$ 172.800,00 (cento e setenta e dois mil e oitocentos reais).

§ 1° - O preço será fixo.

§ 2º - Em face da legislação vigente, os preços ora contratados poderão ser reajustados, em intervalos não inferiores a 12 (doze) meses, a partir do 13º (décimo terceiro) mês, a contar da data de assinatura do presente Contrato, pelo **Índice de Preços ao Consumidor Amplo** (IPC-A), medido pela Fundação Getúlio Vargas, ou índice que vier a ser determinado pela legislação à época em vigor, prevalecendo o índice mais favorável à Contratante.

§ 3° - Nos preços ofertados na proposta do Contratado já estão inclusos todos os custos e despesas decorrentes de transportes, seguros, impostos, taxas de qualquer natureza e outros quaisquer que, direta ou indiretamente, impliquem ou venham a implicar no fiel cumprimento deste instrumento.

§ 4° - O pagamento será efetuado através de Ordem Bancária nominal ao contratado ou crédito em conta corrente, em até 15 (quinze) dias corridos após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura e devidamente atestada a entrega do objeto contratado, de acordo com a autorização de fornecimento.

§ 5° - Quando houver erro de qualquer natureza, na emissão da Nota Fiscal/Fatura, o documento será imediatamente devolvido para substituição e/ou emissão de Nota de Correção, ficando estabelecido que esse intervalo de tempo não será considerado para efeito de qualquer reajuste ou atualização do valor contratual.



#### IV - CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura de seu termo, prorrogável por iguais e sucessivos períodos até o limite máximo fixado no art. 57, inciso II da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

#### V - CLÁUSULA QUINTA - DA FORMA DE EXECUÇÃO

Este Contrato será executado de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço global, de acordo com o disposto no art. 6º, inciso VIII, alínea "b", da Lei Federal nº. 8.666/93.

#### VI - CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

O objeto contratado será recebido depois de adotados, pelo CONTRATANTE, todos os procedimentos previstos no Art. 73, inciso II, da Lei 8.666/93.

#### VII - CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A Contratada obriga-se a:

- a) Cumprir fielmente o Contrato de modo que o serviço se realize com esmero e perfeição, executando-os sob sua inteira e exclusiva responsabilidade;
- b) Dar ciência, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços, bem como prestar esclarecimentos que forem solicitados pela

#### CONTRATANTE.

- c) Entregar documentação comprobatória da contratação e qualificação do Responsável Técnico sempre que solicitado pela Contratante, no decorrer da vigência do contrato.
- d) Elaborar, sempre que solicitado pela Contratante, relatórios gerenciais e/ou técnicos referentes aos serviços produzidos, os quais deverão ser entregues no prazo máximo de dois dias úteis a contar da solicitação.
- e) Não transferir a outrem os serviços contratados, no todo ou em parte, e utilizar exclusivamente mão-de-obra própria para a realização dos serviços, assumindo total responsabilidade pelos atos administrativos e encargos previstos na legislação trabalhista;

SM SM



- f) Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, contribuições previdenciárias, impostos e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que esses não têm vínculo empregatício com a Contratante;
- g) Responsabilizar-se pela prestação dos serviços contratados, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que vier a causar à Contratante, devendo efetuar o ressarcimento correspondente, imediatamente após o recebimento da notificação, sob pena de glosa de qualquer importância a que tenha o direito de receber;
- h) Responsabilizar-se pelas despesas de execução do serviço solicitado, qualquer que seja o seu valor, e cumprir todas as obrigações constantes do(s) Anexo(s) do Ato Convocatório a que respondeu;
- i) Responsabilizar-se por qualquer dano pessoal e/ou material, causado por técnicos e/ou empregados e acidente causado por terceiros, bem como pelo pagamento de salários, encargos sociais e trabalhistas, tributos e demais despesas eventuais, decorrentes da prestação dos serviços;
- j) Facilitar à CONTRATANTE a promoção de auditoria técnica e operacional do ambiente e dos recursos utilizados nas diversas fases dos serviços contratados;
- k) Manter, durante o tempo da execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação (Art. 55, Inciso XIII da Lei n.º 8.666/93).

PARÁGRAFO ÚNICO - A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste contrato, acréscimos ou supressões na aquisição dos bens objeto da presente licitação, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

#### VII - CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) Indicar o executor do Contrato, conforme Art. 67 da Lei 8.666/93;
- b) Permitir o acesso dos profissionais da Contratada aos locais de execução dos serviços;
- c) Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada em decorrência da prestação de serviços;



- d) Promover por intermédio do executor do Contrato, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à Contratada as ocorrências de qualquer fato que exija medidas por parte desta;
- e) Cumprir os compromissos financeiros assumidos com a Contratada;
- f) Fornecer e colocar à disposição da Contratada, todos os elementos e informações que se fizerem necessários à boa execução dos serviços;
- g) Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no servico:
- h) Promover auditoria técnica e operacional do ambiente e recursos utilizados pela mesma,
   por meio de pessoal próprio ou equipe de terceiros;
- i) Conferir toda a documentação gerada e apresentada durante a execução dos serviços, efetuando o seu atesto quando a mesma estiver em conformidade com os padrões de informação e qualidade exigidos;
- j) Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços dentro das normas do Contrato;
- k) Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na prestação dos serviços, para que sejam adotadas medidas corretivas;
- Notificar a CONTRATADA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades qualquer débito de sua responsabilidade, bem como fiscalizar a execução do objeto contratado.
- m) Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA, em especial as relativas às inclusões e exclusões de beneficiários;
- n) Efetuar os pagamentos à CONTRATADA, de acordo com as condições e preços pactuados neste Contrato.
- o) Publicar o resumo do Contrato e os Aditamentos que houver, na Imprensa Oficial até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura contanto que isto ocorra dentro de 20 dias a contar da referida assinatura, conforme art.61, §1º da Lei 8.666/93.

IX - CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES



O descumprimento, parcial ou total, de qualquer das cláusulas contidas no contrato, sem justificativas aceita pelo órgão ou entidade promotor da licitação, sujeitará a Contratada às sanções previstas na Lei Federal nº. 8.666/93, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

- § 1º A inexecução parcial ou total do Contrato ensejará a suspensão ou a imposição da declaração de idoneidade para licitar e contratar com a Câmara e multa, de acordo com a gravidade da infração:
- a) Multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso do não cumprimento do objeto contratado;
- b) Multa de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso sobre o valor da parte não executada;
- c) Multa de 0,7 % (sete décimos por cento) sobre o valor da parte da execução não realizada, por cada dia subsequente ao 30º (trigésimo).
- § 2º O valor das multas será, obrigatoriamente, deduzido do pagamento do objeto fornecido com atraso, ou de outros créditos, relativo ao mesmo Contrato, eventualmente existentes.
- § 3° As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.
- § 3° O CONTRATADO não será responsável, sob hipótese alguma, e a ele não poderá ser imputada nenhuma culpa, se alguma falha da Rede de Comunicação for causada:
- a) por falta ou falha de energia e/ou
- b) por má utilização por parte do CONTRATANTE ou por terceiros não autorizados pelo CONTRATADO e/ou



- c) por indisponibilidade temporária ou permanente de acesso ao satélite;
- d) quando o CONTRATADO tiver que fazer interrupção para execução de Manutenção Preventiva, previamente e/ou
- e) por outros eventos, tais como acidentes ou vandalismo, que não sejam causados pelo CONTRATADO.

#### X - CLÁUSULA DEZ - DA RESCISÃO

A inexecução, total ou parcial, do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as prevista na Lei nº. 8.666/93.

- § 1º O Contratante poderá rescindir administrativamente o Contrato nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei 8.666/93.
- § 2º Nas hipóteses de rescisão com base nos incisos I a XI do art. 78 da Lei 8.666/93, não cabe ao Contratado direito a qualquer indenização.

#### XI - CLÁUSULA ONZE - DA ALTERAÇÃO

Toda e qualquer alteração do avençado neste contrato deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, vedada a modificação do objeto.

PARAGRAFO UNICO: A alteração do valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, previstos neste Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias, suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento, devendo obrigatoriamente ser registrado por simples apostilamento.

#### XII- CLÁUSULA DOZE - COBRANÇA JUDICIAL

As importâncias devidas pela Contratada serão cobradas através de processo de execução, constituindo este Contrato, título executivo extrajudicial, ressalvada a cobrança direta, mediante retenção ou compensação de créditos, sempre que possível.



#### XIII - CLÁUSULA TREZE - DOS DÉBITOS PARA COM A FAZENDA PÚBLICA

Os Débitos da CONTRATADA para com o Câmara, decorrentes ou não deste ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral deste Contrato.

#### XIV - CLÁUSULA QUATORZE - DO EXECUTOR

A CONTRATANTE designará um Executor para este Contrato, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil.

#### XV - CLÁUSULA QUINZE - DOS VEÍCULO

Os pneus dos veículos deverão ser originais de fábrica, devendo ser substituídos, sempre que necessário, por pneus de qualidade equivalente, conforme orientação do fabricante do veículo.

- § 1º. O abastecimento dos veículos locados será de inteira responsabilidade da CONTRATANTE.
- § 2º. A manutenção preventiva e corretiva dos veículos são de inteira responsabilidade da CONTRATADA.
- § 3º. Os veículos deverão manter as características e padrões de fábrica, não sendo permitido qualquer letreiro, marca ou logotipo que o identifique a empresa, exceto quando solicitado pela CONTRATANTE.
- § 4º. Os veículos locados deverão possuir marca visual da Câmara Municipal, com a referência "Câmara Municipal de Serrinha Uso exclusivo em Serviço".

#### XVI - CLÁUSULA DEZESSEIS - SEGURO

Os veículos deverão estar protegidos por seguro, conforme segue-

Sau



- a) Com cobertura total para os casos de furto, roubo, incêndio ou colisão, sem participação dessa Câmara Municipal, incluindo os aparelhos de som e vidros;
- b) A cobertura deverá assegurar o conserto de danos materiais dos veículos alugados e, ainda, danos materiais causados a terceiros em valor não inferior a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). Este também deverá ser o valor de cobertura para danos pessoais a terceiros; e
- c) Para os casos de morte ou invalidez dos ocupantes do veículo alugado, o valor de cobertura não deverá ser inferior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por passageiro.

## XVII - CLÁUSULA DEZESSETE - ASSISTÊNCIAS TÉCNICA E SUBSTITUIÇÃO DOS VEÍCULOS LOCADOS:

Os veículos locados deverão ser substituídos quando por defeito de qualquer ordem, por outro similar, na hipótese de a manutenção corretiva, que correrá por conta da contratada (assistência técnica 24 (vinte e quatro) horas, em oficina própria ou credenciada), perdurar por mais de 24 (vinte e quatro) horas, segundo avaliação dos responsáveis pelo conserto ou reparo:

- a) se a pane ocorrer em Serrinha-BA, a substituição deverá ocorrer dentro de 24 (vinte e quatro) horas, a partir da notificação, e,
- b) se ocorrer em outro município, dentro de 48 (quarenta e oito) horas excluído destas o tempo para deslocamento até o local onde se encontrar o veículo.

#### XVIII - CLÁUSULA DEZOITO - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

- O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato.
- § 1º. Na interpretação das disposições deste Contrato e integração das omissões, desde que compatíveis com os preceitos de Direito Público, aplicar-se-á, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições do Direito Privado.
- § 2º. Após o 10º (décimo) dia de paralisação da execução do objeto contratado, o CONTRATANTE, poderá optar por uma das seguintes alternativas:



- a) promover a rescisão contratual, independentemente de interpelação judicial, respondendo o CONTRATADO pelas perdas e danos decorrentes da rescisão;
- b) exigir a execução do Contrato, sem prejuízos da cobrança de multa correspondente ao período total de atraso, respeitado o disposto na legislação em vigor.

#### XIV - CLÁUSULA DEZENOVE - DO FORO:

As partes elegem o Foro da Cidade de Serrinha - Bahia, Comarca de Serrinha, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, das testemunhas.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença, que subscrevem depois de lido e achado conforme.

Serrinha-BA, 01 de fevereiro de 2023.

LOCADORA RAMOS LTDA.
Empresa Contratada.



## EXTRATO DA CARTA CONVITE (CONTRATO)

CONTRATO: 002/2023, PROCESSO ADMINISTRATIVO: 004/2023; CARTA CONVITE Nº 001/2023; FUNDAMENTO LEGAL: ART. 22, INCISO III E § 3° E ART. 23, INCISO II, ALÍNEA A DA LEI Nº 8.666/93 CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SERRINHA; CONTRATADA: LOCADORA RAMOS LTDA - CNPJ 13.671.834/0001-70; OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PARA ATENDER NECESSIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SERRINHA. VALOR: R\$ 172.800,00 (CENTO E SETENTA E DOIS MIL E OITOCENTOS REAIS) COBERTURA ORÇAMENTÁRIA: 01 - CÂMARA MUNICIPAL; 2.001 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA CÂMARA; 3.3.90.39.00 - OUTROS SEVRIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA; FONTE: 1.500 - RECURSOS ORDINÁRIOS; DATA DA ASSINATURA: 01/02/2023. PELO CONTRATADO: JOSE EVANILDO MENDONÇA DE OLIVEIRA E PELO CONTRATANTE: JOSÉ REIS DA SILVA - PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SERRINHA.







# Estado da Bahia CÂMARA MUNICIPAL DE SERRINHA SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS.

2

#### EXTRATO DA CARTA CONVITE (CONTRATO)

CONTRATO: 002/2023, PROCESSO ADMINISTRATIVO: 004/2023; CARTA CONVITE Nº 001/2023; FUNDAMENTO LEGAL: ART. 22, INCISO III E § 3º E ART. 23, INCISO II, ALÍNEA A DA LEI Nº 8.666/93 CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SERRINHA; CONTRATADA: LOCADORA RAMOS LTDA – CNPJ 13.671.834/0001-70; OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PARA ATENDER NECESSIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SERRINHA. VALOR: R\$ 172.800,00 (CENTO E SETENTA E DOIS MIL E OITOCENTOS REAIS) COBERTURA ORÇAMENTÁRIA: 01 – CÂMARA MUNICIPAL; 2.001 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA CÂMARA; 3.3.90.39.00 – OUTROS SEVRIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA; FONTE: 00 – RECURSOS ORDINÁRIOS; DATA DA ASSINATURA: 25/01/2023. PRAZO: 12 (DOZE) MESES; PELO CONTRATADO: JOSE EVANILDO MENDONÇA DE OLIVEIRA E PELO CONTRATANTE: JOSE REIS DA SILVA - PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SERRINHA.

Av. Manoel Novais, N° 735, Centro, Serrinha, Bahia. CEP: 48.700-000. Tel.: 75.3261.2315 / 7930 – CNPJ:13.347.406/0001-97 E-mail: <a href="mailto:cmserrinha@hotmail.com">cmserrinha@hotmail.com</a>

Av. Manoel Novaes, Centro - Cep 48.700-000 - Serrinha - Bahia - Brasil - Tel.: +55 (75) 3261-2315









#### ESTADO DA BAHIA CÂMARA MUNICIPAL DE SERRINHA

Av. Manoel Novais nº 735, Centro, Telefone: (75) 3261-2315 Serrinha – Bahia

#### ERRATA DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO Nº 002/2023

Na publicação do dia 17 de fevereiro de 2023 da página 02 – ANO XIII - Nº 02553, do ato EXTRATO DE PUBLICAÇÃO do Contrato nº 002/2023, no Diário Oficial do Município da:

#### CARTA CONVITE Nº 001/2023

CONTRATADA: LOCADORA RAMOS LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 13.671.834/0001-70, estabelecida na Avenida Doutor Lauro Mota, nº 270, Centro, Serrinha – BA, CEP: 48.700,00.

OBJETO: Contratação da prestação de serviços de locação de veículos para atender as necessidade da Câmara Municipal de Serrinha, conforme especificações técnicas detalhadas constantes no termo de referência e seus anexos.

ONDE SE LÊ:

DATA DA ASSINATURA: 25/01/2023.

LEIA-SE:

DATA DA ASSINATURA: 01/02/2023.

Serrinha - Ba, 23 de Fevereiro de 2022.

JOSÉ REIS DA SILVA Presidente da Câmara Municipal de Serrinha

Av. Manoel Novais. Nº 735, Centro, Serrinha, Bahia. CEP: 48.700-000. Tel.: 75.3261.2315 / 7930 – CNPJ:13.347.406/0001-97 E-mail: copel.cms@gmail.com

Av. Manoel Novaes, Centro - Cep 48.700-000 - Serrinha - Bahia - Brasil - Tel.: +55 (75) 3261-2315



